



CONVENTION ON THE RIGHTS OF THE
CHILD - ARTICLE 31. THE RIGHT TO PLAY
AND CHILDREN'S DEVELOPMENT

Artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança:

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O DIREITO DE BRINCAR

IPA INTERNACIONAL

A Associação Internacional pelo Brincar (IPA) é uma organização não governamental e de voluntariado, fundada em 1961. Ela tem membros filiados em 50 países e grupos ativos ao redor do mundo. A IPA é uma organização interdisciplinar reunindo pessoas de todas as profissões que trabalham para e com crianças. A IPA realiza Conferências trienais em diferentes países. A próxima Conferência terá lugar em Istambul, Turquia, em maio de 2014.

INTERNATIONAL PLAY ASSOCIATION (IPA)

International Play Association (IPA) is a non-governmental, voluntary organization founded in 1961. It has members in 50 countries and active groups around the world. IPA is an interdisciplinary organization bringing together people from all professions who work for and with children. IPA holds triennial conferences in different countries. The next conference will be held in Istanbul, Turkey, in May 2014.

PARA MAIS DETALHES VEJA / FOR DETAILS SEE

www.ipaworld.org

IPA BRASIL

A Associação Brasileira pelo Direito de Brincar (IPA Brasil), fundada em 1997, é filiada à IPA internacional e tem a mesma missão: promover, proteger e preservar os direitos das crianças contidos no Artigo 31. Desenvolve ações no sentido de comunicar a todos os públicos, a importância desse direito para a vida das crianças brasileiras e desenvolve cursos de capacitação para Agentes do Brincar, contribuindo para que adultos de todas as áreas, que trabalham com e para crianças, possam oferecer a elas oportunidades lúdicas qualificadas, sem distinção alguma.

IPA BRASIL

IPA Brasil was founded in 1997. It is a branch of IPA (International Play Association) working to achieve the same mission: to promote, protect and preserve children's rights identified under Article 31 of the UN Convention of the Rights of the Child. IPA Brasil works to communicate to the population, the importance of these rights under Article 31, in relation to the lives of Brazilian Children. IPA Brasil develops training courses for Agents of Play (playworkers), encouraging all professional and professions who work for and with children in order to create better play opportunities without discrimination.

PARA MAIS DETALHES VEJA / FOR DETAILS SEE

www.ipadireitodebrincar.org.br

Artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança:

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O DIREITO DE BRINCAR

Convention on the Rights of the Child - Article 31
The Right to Play and Children's development

COORDENAÇÃO COORDINATION

Marilena Flores Martins

Fundadora e presidente da IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar; autora; consultora na área do brincar e do desenvolvimento infantil.

Founder and president of IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar (International Play Association); author; consultant in the play and childhood development area.
marilenaflores@uol.com.br

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO ORGANIZATION AND REVISION

Maria Célia Malta Campos

D^{ra}. em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano; consultora na área de jogos e aprendizagem.

School and Human Development Psychology, PhD.; play and learning processes consultant.
mc.malta@globo.com
<http://mariaceliamalta.wordpress.com/>

COLABORADORES COLLABORATORS

Ariane Andrade

Cientista social; arte educadora.
Social scientist; Art teacher.
arianeandrade7@gmail.com

Carlos Sereno

Professor de Educação Artística; contador de histórias.
Art teacher; storyteller.
carlos@oficinadehistorias.com.br

Eliana Tarzia Iasi

Professora de Educação Física; agente do brincar; diretora da IPA Brasil.
Physical Education teacher; play worker; director of IPA Brasil.
elianatarzia@yahoo.com.br

Fabio Lisboa

Contador de histórias; autor; ludo educador e palestrante.
Storyteller; author; recreation specialist; public speaker.
www.contarhistorias.com.br

Ivani Naked

Diretora do Instituto Brasil Leitor – programa Ler é Saber
Director of Instituto Brasil Leitor – Reading is Knowledge program.
ivanicnaked@brasilleitor.com.br

Mina Regen

Assistente Social; consultora na área da pessoa com deficiência.
Social assistant; consultant in the disabled persons area.
minaregen@uol.com.br

TRADUÇÃO TRANSLATION

Raymond Maddock

ILUSTRAÇÃO ILLUSTRATION

Renata F. Martins Ponzoni

Artista plástica; arte educadora; agente do brincar.
Artist; Art teacher; play worker.
[Facebook.com/StudioRenataFlores](https://www.facebook.com/StudioRenataFlores)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO GRAPHICAL DESIGN AND LAYOUT

Ana Cristina Silveira

www.anacedesign.com.br

Artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança:

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O DIREITO DE BRINCAR

Convention on the Rights of the Child - Article 31
The Right to Play and Children's development

São Paulo, abril de 2013.



Com o apoio da Fundação Bernard Van Leer / With the support of the Bernard Van Leer Foundation

Sumário

- 5 Apresentação
- 6 Brincar como direito humano
- 8 Brincar
- 10 Recreação
- 11 Agentes do brincar
- 12 Lazer e descanso
- 14 Vida cultural e artística
- 15 A infância e as bibliotecas
- 16 Apropriado à idade da criança
- 17 Brinquedoteca
- 18 Igualdade de oportunidades
- 19 Participar livremente
- 20 As obrigações dos governos

www.ipadireitodebrincar.org.br

Contents

- 5 Presentation
- 6 Play as a human right
- 8 Play
- 10 Recreation
- 11 Play Agents
- 12 Leisure and rest
- 14 Cultural life and the arts
- 15 Childhood and libraries
- 16 Appropriate to the age of the child
- 17 Toy Library
- 18 Equality of opportunity
- 19 Free participation
- 20 Government obligations

www.ipaworld.org

Apresentação

O ARTIGO 31 PRECISA SER ENTENDIDO HOLISTICAMENTE, TANTO EM TERMOS DE SUAS PARTES CONSTITUINTES, QUANTO NA SUA RELAÇÃO COM A CONVENÇÃO EM SUA INTEGRIDADE. CADA ELEMENTO DO ARTIGO 31 É MUTUAMENTE LIGADO E REFORÇADO E, QUANDO COMPREENDIDO, SERVE PARA ENRIQUECER A VIDA DAS CRIANÇAS.

(CG, página 4, parágrafo 8)

Em 01/02/2013, foi aprovado o documento Comentário Geral (*General Comment*) na ONU com três objetivos principais*:

(a) Definir as conseqüentes obrigações dos Estados na elaboração de todas as medidas de implementação, estratégias e programas, focados no entendimento e na completa efetivação dos direitos da criança, nele definidos;

(b) Destacar o papel e as responsabilidades do setor privado, incluindo as empresas que atuam nas áreas de recreação, atividades culturais e artísticas, bem como as organizações da sociedade civil, que oferecem esses serviços para as crianças;

(c) Elaborar guias para todos que trabalham com crianças, em todas as ações que desenvolvem, incluindo guias para pais.

Desenvolvemos este livreto com o propósito de oferecer a todos os interessados, informações e experiências que lhes permitam divulgar, apoiar e defender os direitos contidos no Artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança (1989).

Promova o direito de nossas crianças, de brincar e ser feliz!

MARILENA FLORES MARTINS

Fundadora e presidente da IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar

*CG página 3, parágrafo 7.

PRESENTATION

Article 31 must be understood holistically, both in terms of its constituent parts, and also in its relationship with the Convention in its entirety. Each element of Article 31 is mutually linked and reinforcing, and, when realised, serves to enrich the lives of children. (GC, page 4, paragraph 8)

The approval of the General Comment has three main objectives:

- “(a) Consequent obligations of States in the elaboration of all implementation’s measures, strategies and programmes aimed at the realisation and full implementation of the rights of the child therein defined;
- (b) Role and responsibilities of the private sector, including companies working in the areas of recreation, cultural and artistic activities, as well as organizations of civil society providing such services for children; and
- (c) Guidelines for all individuals working with children, in all actions undertaken, including for parents.”*

IPA produced this booklet to offer information and experiences for whoever may be interested in promoting, supporting and defending the rights under the Article 31 of the Convention on the Rights of the Child (1989).

MARILENA FLORES MARTINS

Founder and President of IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar (International Play Association)

* (GC, page 4)

PLAY AS A HUMAN RIGHT

For numerous reasons, work has been valued in detriment of leisure and play, which some groups of people even consider to be a total “waste of time”. Play is the way in which children structure their time, that is, their life. We are, therefore, talking about human rights and play is, above all, a right of children!

The importance of play and recreation in the life of all children has been recognized by the international community for some time, as shown by the **1959 Declaration of the Rights of the Child** and reinforced by the **1989 Convention on the Rights of the Child**, which explicitly recognize children’s right to rest, leisure, play and recreational activities and free participation in cultural life and the arts. Brazil was a signatory to this Convention, which considered it necessary to provide children with special protection, making the right to play explicit in Article 31, which says:

Brincar como direito humano

Por várias razões, o trabalho tem sido valorizado em detrimento do ócio e do brincar, sendo ainda considerado por alguns grupos de pessoas como pura “perda de tempo”. Brincar é a maneira pela qual as crianças estruturam o seu tempo, ou seja, a sua vida. Portanto, estamos falando de direitos humanos e brincar é, antes de tudo, um direito da criança!

A importância do brincar e da recreação na vida de toda criança tem sido, há tempos, conhecida na comunidade internacional, como evidenciado na **Declaração dos Direitos da Criança de 1959** e



fortalecido pela **Convenção dos Direitos da Criança de 1989** que, explicitamente, reconhecem o direito da criança ao descanso, lazer, brincar, às atividades recreativas, livres e à plena participação na vida cultural e artística. O Brasil foi signatário dessa Convenção, que considerou a necessidade de proporcionar a elas uma proteção especial, sendo o direito de brincar explicitado no Artigo 31, cujo texto diz:

ARTIGO 31

1. OS ESTADOS PARTE RECONHECEM O DIREITO DA CRIANÇA AO DESCANSO E AO LAZER, A BRINCAR E A PARTICIPAR DE ATIVIDADES DE RECREAÇÃO APROPRIADAS À SUA IDADE E DE PARTICIPAR LIVREMENTE DA VIDA CULTURAL E DAS ARTES.

2. OS ESTADOS PARTE DEVERÃO RESPEITAR E PROMOVER O DIREITO DA CRIANÇA DE PARTICIPAR INTEGRALMENTE DA VIDA CULTURAL E ARTÍSTICA E DEVERÃO PROPICIAR OPORTUNIDADES IGUAIS E APROPRIADAS PARA A ATIVIDADE CULTURAL, ARTÍSTICA, RECREATIVA E DE LAZER.

A **Constituição brasileira de 1988**, o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990)** e a **Lei federal 11.104 de 21/03/2005** asseguram esses mesmos direitos, inclusive para as crianças atendidas em hospitais.

Embora a nossa legislação garanta esses direitos, o baixo reconhecimento do seu significado na vida das crianças, por parte dos adultos, resulta, muitas vezes, na falta de investimentos em recursos adequados e na “invisibilidade” das mesmas como protagonistas sociais no planejamento e na execução das ações, em nível nacional e local. Os direitos contidos no Artigo 31 estão diretamente relacionados ao desenvolvimento integral da criança. Portanto, esse será o fio condutor do nosso livreto - **O desenvolvimento infantil e o direito de brincar**. Nele detalharemos os elementos constitutivos do Artigo 31 em relação à realidade brasileira.

“Article 31

1. States Parties recognize the right of the child to rest and leisure, to engage in play and recreational activities appropriate to the age of the child and to participate freely in cultural life and the arts.

2. States Parties shall respect and promote the right of the child to participate fully in cultural and artistic life and shall encourage the provision of appropriate and equal opportunities for cultural, artistic, recreational and leisure activity.”

The **1988 Brazilian Constitution**, the **Children’s and Adolescents’ Statute (ECA - 1990)** and **federal Law 11.104** dated 21/03/2005 guarantees these same rights, including children in hospitals.

Although our legislation ensures these rights, limited recognition on the part of adults of their meaning for children’s lives frequently results in a lack of investment in suitable resources and in the “invisibility” of children as social actors in the planning and execution of actions on a national and local level. The rights set forth in Article 31 are directly related to the holistic development of the child. This, therefore, will be the guiding principle of our booklet - *O desenvolvimento infantil e o direito de brincar (Childhood development and the right to play)*. In it, we will detail the elements set forth in Article 31 in relation to the Brazilian reality.

PLAY

“Children’s play is behaviour, activity, or processes initiated, controlled and structured by children themselves and it takes place whenever and wherever opportunities arise. Play itself is non-compulsory, driven by intrinsic motivation and is undertaken for its own sake, rather than as a means to an end.” (GC, page 5, paragraph 14c)

From birth, human life undergoes significant changes which have unique characteristics compared with the other species. At birth, the child has a brain prepared to receive stimuli and, therefore, learn. This enables the child to make acquisitions that will be important at later stages of his/her development. This will only be possible if we understand this development as something dynamic, which depends on the interactions the child establishes with the physical (objects, toys, different spaces and environments) and social (different groups of adults and children) environment.

The child’s first environment is provided by the family. Progressively, children enter other social groups which also influence their development. Friends and colleagues gradually gain importance in the children’s life since they learn much more imitating the behavior of others; experimenting with their friends, children also feel happy!

Children develop their motor skills through muscle movements. Games are responsible not only for the development of corporal

Brincar

O BRINCAR DAS CRIANÇAS É UM COMPORTAMENTO, ATIVIDADE OU PROCESSO INICIADO, CONTROLADO E ESTRUTURADO PELAS PRÓPRIAS CRIANÇAS E ACONTECE SEMPRE E ONDE QUER QUE AS OPORTUNIDADES APAREÇAM. BRINCAR POR SI MESMO É NÃO COMPULSÓRIO, CONDUZIDO POR MOTIVAÇÃO INTRÍNSECA E DESENVOLVIDO POR SEU PRÓPRIO INTERESSE, MAIS DO QUE UM FIM EM SI MESMO.

(CG, PAGINA 5, PARÁGRAFO 14C)

Desde o nascimento, a vida humana passa por mudanças significativas que, em relação às demais espécies, possuem características únicas. A criança ao nascer dispõe de um cérebro preparado para receber estímulos, logo, aprender; e, assim, fazer aquisições que serão importantes para que seja bem sucedida nas etapas seguintes do seu desenvolvimento. Isso só será possível se compreendermos esse desenvolvimento como algo dinâmico, que depende das interações que a criança estabelece com o meio físico (objetos, brinquedos, diferentes espaços e ambientes) e com o meio social (diferentes grupos de adultos e crianças).

O primeiro ambiente da criança é oferecido pela família. Progressivamente, as crianças passam a pertencer a outros grupos sociais que igualmente influenciam o seu desenvolvimento. Amigos e colegas assumem importância gradativa na vida das crianças, uma vez que elas aprendem, muito mais, imitando o comportamento dos outros; experimentando com seus amigos, sentem-se felizes também!

As crianças desenvolvem as suas habilidades motoras através do movimento dos músculos. As brincadeiras são responsáveis não só

pelo desenvolvimento das habilidades corporais, mas também da linguagem, imaginação e criatividade. Esta é excitante e prazerosa e oferece oportunidade para explorar problemas e desenvolver soluções. Além disso, as brincadeiras oferecem oportunidades para o desenvolvimento de habilidades intelectuais como: propor soluções, negociar, fazer estimativas, contabilizar, planejar, comparar e julgar.

As crianças que aprendem a brincar, controlando livremente as brincadeiras, sentem um prazer natural com isso e tendem a manter o interesse por essas atividades. Brincar permite que as crianças explorem o mundo e encontrem seu lugar nele. Ajudam a aprender, a vencer e a perder, uma vez que influenciam o autocontrole. Enquanto brincam, as crianças adquirem os conceitos de valores, limites e responsabilidades, recebendo informações sobre o que podem e o que não podem fazer.

skills, but also language, imagination and creativity. This is exciting and pleasurable and provides the opportunity to explore problems and develop solutions. Furthermore, games give children the opportunity to develop intellectual skills such as: proposing solutions, negotiating, estimating, doing sums, planning, comparing and judging.

Children, who learn to play, controlling the games with freedom, feel a natural pleasure in this and tend to remain interested in these activities. Play enables children to explore the world and find their place in it. Games help them to learn, to win and to lose, since they influence self-control. While playing, children acquire the concepts of values, limits and responsibilities, receiving information about what they may and may not do.



RECREATION

“Recreation is an umbrella term used to describe a very broad range of activities, including, inter alia, participation in music, art, crafts, community engagement, clubs, sports, games, hiking and camping, and the pursuit of hobbies.” (GC, page 5, paragraph 14 d)

In recreation, games activate and develop a number of skills in the players. Some of these help in the acquisition of new knowledge, such as observing and identifying, comparing and classifying, analyzing and establishing relationships, elaborating hypotheses and inferring. Games also help to develop the use of procedures such as anticipation, planning, employing tactics and forms of recording and counting. Play also has a socializing function, because the interaction helps develop important attitudes such as: competing in accordance with rules; learning to respect an opponent’s strength; seeing a situation from an opposite viewpoint. Learning from others is quicker and more effective because it is more enjoyable.

Recreação

A RECREAÇÃO É UM TERMO GUARDA-CHUVA, USADO PARA DESCREVER UMA GRANDE GAMA DE ATIVIDADES, INCLUINDO, ENTRE OUTRAS, PARTICIPAÇÃO NA MÚSICA, ARTES, ARTESANATO, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, CLUBES, ESPORTES, JOGOS, CAMINHADA E ACAMPAMENTO E A BUSCA POR PASSATEMPOS.

(CG, PÁGINA 5, PARÁGRAFO 14 D)

Na recreação, o jogo ativa e desenvolve inúmeras habilidades nos jogadores. Entre elas, algumas colaboram na aprendizagem de qualquer novo conhecimento, como observar e identificar, comparar e classificar, analisar e estabelecer relações, elaborar hipóteses, inferir. Os procedimentos utilizados no jogo, como a

antecipação, o planejamento, o uso de um método de ação, o emprego de formas de registro e de contagem são também desenvolvidas por eles. O jogo tem também função socializante, pois a interação que proporciona favorece a prática de atitudes importantes como: competir dentro de regras; saber respeitar a força do oponente; perceber uma situação sob o ponto de vista oposto ao seu. Aprender com o outro é mais rápido e mais efetivo porque é mais prazeroso.



Agentes do Brincar

OS ADULTOS, FREQUENTEMENTE, CARECEM DE CONFIANÇA, HABILIDADE OU ENTENDIMENTO QUE OS CAPACITE A APOIAR AS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS E A INTERAGIR COM ELAS DE UMA MANEIRA LÚDICA. TAL CAPACITAÇÃO PRECISA OFERECER ORIENTAÇÃO PRÁTICA, POR EXEMPLO, EM COMO: OUVIR AS CRIANÇAS ENQUANTO BRINCAM; CRIAR AMBIENTES QUE FACILITEM AS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS; PERMITIR QUE AS CRIANÇAS BRINQUEM LIVREMENTE E, BRINCAR COM AS CRIANÇAS.

(CG, PÁGINA 11, PARÁGRAFO 33 E PÁGINA 17, PARÁGRAFO 56 A)

Os **Agentes do Brincar** são as pessoas que, com conhecimento e competência, criam as oportunidades para que as crianças brinquem livremente. Podem ser: jovens, pais, educadores, profissionais, estudantes, voluntários de organizações da sociedade civil, pessoas na terceira idade, etc. Em um ambiente adequado para brincar, as crianças farão escolhas acerca do que elas brincam e com quem brincam. Nesses momentos poderão ser apoiadas e estimuladas pelo Agente do Brincar – um animador e facilitador das oportunidades lúdicas.

Os interessados devem capacitar-se para a sua ocupação com predisposição para o desenvolvimento das relações interpessoais, da liderança, da comunicação, da criatividade, além de habilidades físicas, psicológicas e sociais necessárias a um bom desempenho.



PLAY AGENTS

“Adults often lack the confidence, skill or understanding to enable them to support children’s play and interact with them in a playful way. Such training might offer practical guidance, for example, on how to: listen to children while playing; create environments that facilitate children’s play; allow children to play freely; and play with children.” (GC, page 11, paragraph 33 and page 17, paragraph 56 a)

Play Agents are persons who have the knowledge and competency to create free play opportunities for children. They may be: young people, parents, educators, professionals, students, members of volunteer organizations, the elderly, etc. In a suitable play environment, children should choose what and with whom they will play. At such moments, they may be supported and stimulated by the *Play Agent* - whose role is to facilitate and encourage play opportunities.

This is an occupation which requires a predisposition to develop interpersonal relations, leadership, communication and creativity, in addition to the necessary physical, psychological and social skills.

LEISURE AND REST

‘Rest’: The right to rest requires that children are afforded sufficient respite from work, education or exertion of any kind, to ensure their optimum health and well-being. It also demands that they are provided with the opportunity for adequate sleep (...). (GC, page 5, paragraphe 14 a)

‘Leisure’: Leisure represents the time in which play or recreation can take place. It is defined as free or unobligated time that does not involve formal education, work, home responsibilities, performing other life-sustaining functions, or engaging in activity directed from outside the individual (...). (GC, page 5, paragraphe 14 b)

For children, playing games is much more than having fun. They are experiments that lead to learning and perception of the world. Community spaces, as well as school, are important elements in the child’s development.

In the different spaces of the child’s life, rest and leisure are just as important to the child’s development as the more basic needs of nutrition, housing, health and education. However, excessive pressure to acquire formal academic knowledge, with rigid timetables and highly-structured, dense programs have led to physical and mental disorders which affect school performance. Children require time and space free of obligations, entertainment or stimuli, which they may choose to occupy as they wish, either actively or not.

Lazer e Descanso

“DESCANSO”: O DIREITO AO DESCANSO REQUER QUE SEJAM OFERECIDOS ÀS CRIANÇAS, SUFICIENTE DESCANSO DE EDUCAÇÃO, TRABALHO OU ESFORÇO DE QUALQUER ESPÉCIE, PARA GARANTIR A SUA ÓTIMA SAÚDE E BEM-ESTAR. ELE TAMBÉM EXIGE QUE SEJAM FORNECIDAS OPORTUNIDADES DE SONO ADEQUADO (...).

(CG, PÁGINA 5, PARÁGRAFO 14 A)

“LAZER”: O LAZER REPRESENTA O TEMPO EM QUE BRINCAR OU RECREAÇÃO PODEM TER LUGAR. ELE É DEFINIDO COMO O TEMPO LIVRE OU NÃO OBRIGATÓRIO, QUE NÃO ENVOLVE A EDUCAÇÃO FORMAL, TRABALHO, RESPONSABILIDADES DOMÉSTICAS, EXECUTAR FUNÇÕES DE SUSTENTO OU A PRÁTICA DE ATIVIDADE DIRIGIDA EXTERNAMENTE AO INDIVÍDUO (...).

(CG, PÁGINA 5, PARÁGRAFO 14 B)

As brincadeiras são, para as crianças, mais do que diversão. São experimentos que conduzem ao aprendizado e à percepção do mundo. Além da escola, os espaços comunitários são elementos importantes para o desenvolvimento da criança.

Nos diferentes espaços de vida da criança, o descanso e o lazer são tão importantes para o seu desenvolvimento quanto a satisfação das necessidades básicas de: nutrição, moradia, saúde e educação. No entanto, a excessiva pressão para a aquisição de conhecimento acadêmico formal, com cronogramas rígidos e programas densos e super estruturados, vem provocando nas crianças transtornos físicos e mentais que impedem, entre outros, o seu bom aproveitamento escolar. Elas precisam de tempo e espaço, sem obrigações, entretenimento ou estímulo, os quais possam escolher como preencher, ativa ou inativamente, como quiserem.



CULTURAL LIFE AND THE ARTS

“It is through cultural life and the arts that children and their communities express their specific identity, the meaning they give to their existence, and build their world view representing their encounter with external forces affecting their lives*. Culture derives from the community as a whole: no child should be denied access either to its creation or to its benefits.” (GC, page 6, paragraph 14 f)

Creative participation also depends on energy and motivation, resulting from rest and free time. Art is the first form of expression whereby children transmit their vision and comprehension of the world they live in to others, establishing a channel of communication that proceeds even talking and writing.

By using materials with diverse textures, colors and shapes as means of expressing their creativity, children develop their sense of aesthetics and notion of beauty. These notions will help them to expand, beyond their manual skills, their capacity to care for themselves and to respect others.

A child’s sensitivity is freer and more open than an adult’s. As such, they merit special attention where the creative process is concerned. It is necessary to stimulate their artistic expression by diverse means, using texts, music and their actual surroundings, providing them with materials that enable the construction of objects, the expression of ideas, feelings, that is, any actions that translate the child’s creative experience.

* CESCR, *Right of everyone to take part in cultural life*, E/C.12/GC/21

Vida cultural e artística

É ATRAVÉS DA VIDA CULTURAL E DAS ARTES, QUE AS CRIANÇAS E SUAS COMUNIDADES EXPRESSAM SUA IDENTIDADE ESPECÍFICA, O SENTIDO QUE ELAS DÃO ÀS SUAS VIDAS E CONSTROEM A SUA VISÃO DE MUNDO, REPRESENTANDO O SEU ENCONTRO COM AS FORÇAS EXTERNAS QUE AFETAM AS SUAS VIDAS . A CULTURA DERIVA DA COMUNIDADE COMO UM TODO: A NENHUMA CRIANÇA DEVERIA SER NEGADO O ACESSO TANTO À SUA CRIAÇÃO QUANTO AO SEU BENEFÍCIO.

(CG, PÁGINA 6, PARÁGRAFO 14 F)

A participação criativa depende também da energia e da motivação, resultantes do descanso e do tempo livre. A arte é a primeira forma de expressão pela qual a criança transmite ao outro o seu olhar e compreensão acerca do mundo em que vive, estabelecendo por meio da mesma um canal de comunicação, antes mesmo da fala e da escrita.

Ao utilizar materiais com diversas texturas, cores e formas como meios de expressar sua criatividade, a criança desenvolve o seu senso estético e a noção de belo. Essas noções contribuirão para que elas ampliem, além de suas habilidades manuais, a capacidade de cuidado com si próprio e o respeito ao outro.

As crianças têm uma sensibilidade mais livre e aberta que os adultos, assim, elas merecem uma atenção especial no que diz respeito ao processo criativo. É preciso estimular sua expressão artística por diversos meios, como um texto, música e o próprio entorno, oferecendo materiais que viabilizem a construção de objetos, a expressão de idéias, sentimentos, enfim, qualquer ação que traduza a experiência criativa da criança. O teatro propicia sensibilização para o aprendizado lúdico e para a espontaneidade, ou seja, para a liberdade de criar, de descobrir

e o autoconhecimento. É uma grande brincadeira, arte coletiva que tem como instrumento principal o ser humano.

Outra área de expressão e comunicação das crianças é a de contar e ouvir histórias. Sem precisar de muitos recursos, o ato de contar histórias abrange em si os aspectos culturais, artísticos, recreativos, de lazer (e descanso) a que as crianças têm direito. Contribuem para inserir a criança em sua própria cultura, além de conhecer outras tantas, para o contato com valores essenciais, a construção de sua identidade e auto-estima.

A infância e as bibliotecas

O estímulo pela existência de espaços aonde o livro e o brinquedo coexistem de forma harmoniosa ajuda a ampliar a leitura de mundo realizada pelas crianças. Essa associação entre livros, brinquedos e cenários, obtida por meio da interação entre várias linguagens - oral, escrita, musical e cênica, permite que as crianças vivenciem a história contida no livro brincando e, muitas vezes, recriando-a de forma lúdica.

Bibliotecas adequadas às crianças, desde os primeiros meses de vida, são importantes para auxiliá-las a aprender a ouvir, interagir, pensar, investigar, comunicar-se e explorar o mundo ao seu redor a partir das vivências ocorridas no âmbito da leitura e do lúdico. É fazendo do livro também um brinquedo que se torna possível desenvolver um comportamento leitor por meio da associação do ler com o brincar, estimulando essas crianças a construir sua própria cultura como cidadãos de direito.



Theaters offers sensitization for learning through play and spontaneity, giving children the freedom to create, discover and learn about themselves. It is a grand game, collective art whose main instrument is the human being.

Another area of expression and communication for children is telling and listening to stories. Requiring few resources, the act of story-telling encompasses the aspects of culture, art, recreation and leisure (and rest) to which children are entitled. These help insert children in their own culture, in addition to exposing them to others, bringing them into contact with essential values and building their identity and self-esteem.

CHILDHOOD AND LIBRARIES

The provision of spaces in which books coexist harmoniously helps to expand the child's view of the world. This association of books, toys and scenery, obtained by means of an intense interaction between various languages - oral, written, musical and scenic, enables children to experience the story contained in a book while they play and frequently to recreate it in their play.

Libraries suited to children from the first months of their lives are important in helping them to learn to listen, interact, think, investigate, communicate and explore the world around them based on experiences derived from reading and play. By recognizing that books are also toys it is possible to encourage children to become readers by associating reading with play, encouraging the children to build their own culture as citizens with rights.

APPROPRIATE TO THE AGE OF THE CHILD

“Appropriate to the age of the child”: The Convention emphasises the importance of opportunities appropriate to the evolving capacities of the child. In respect of play and recreation, the age of the child must be taken into account in determining: that sufficient free time is afforded; the nature of spaces and environments available to children; forms of stimulation and diversity; and the necessary degree of adult oversight and engagement to ensure that children are properly protected from hazards, while exercising their rights to play and recreation...” (GC, page 6, paragraph 14 e)

Spaces for playing and learning are those which provide play opportunities and activities in a healthy, caring environment in which children may interact with adults and other children, developing a relationship of trust with them. Community spaces offer opportunities for play and provide support for children in the development of social skills. Children learn from each other without the need of constant supervision and input from parents and adults. These are informal environments in which the games should be free.

A good community space is one that offers: refuge, a form for external space, resources, variety, innovation, accessibility, dynamics and plasticity. The importance of these features is based on the concept that the space the child inhabits is constituted as a **critical experience** and a **pedagogical element**.

Contact with nature is fundamental. Activities in this environment provide everyone with opportunities to get involved in events in their own community, giving them a sense of belonging.

18

Apropriado à idade da criança

ADEQUADO PARA A IDADE DA CRIANÇA: A CONVENÇÃO ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DE OPORTUNIDADES ADEQUADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DA CRIANÇA. NO QUE DIZ RESPEITO AO BRINCAR E A RECREAÇÃO, A IDADE DA CRIANÇA DEVE SER LEVADA EM CONTA NA DETERMINAÇÃO DE : SUFICIENTE TEMPO LIVRE OFERECIDO, NATUREZA DOS ESPAÇOS E AMBIENTES DISPONÍVEIS PARA AS CRIANÇAS; FORMAS DE ESTIMULAÇÃO E DIVERSIDADE E O GRAU NECESSÁRIO DE SUPERVISÃO ADULTA E ENGAJAMENTO, PARA ASSEGURAR QUE AS CRIANÇAS ESTEJAM DEVIDAMENTE PROTEGIDAS DOS RISCOS, ENQUANTO EXERCEM OS SEUS DIREITOS PARA O BRINCAR E A RECREAÇÃO...”.

(CG, PÁGINA 6, PARÁGRAFO 14 E)

Espaços para brincar e aprender são aqueles que oferecem oportunidades e atividades lúdicas em um ambiente saudável e amoroso para as crianças interagirem com adultos e outras crianças, desenvolvendo um relacionamento de confiança com eles. Os espaços comunitários oferecem oportunidades lúdicas e apóiam as crianças no desenvolvimento das habilidades sociais. As crianças aprendem umas com as outras, sem se preocuparem com autoridade (pais/adultos). São ambientes informais onde as brincadeiras devem ser livres.

Um bom espaço na comunidade é aquele que oferece: refúgio, forma do espaço externo, recursos, variedade, inovação, acessibilidade, dinâmica e plasticidade. Tais características são valorizadas em função do conceito de que o espaço que a criança habita se constitui como uma **experiência crítica** e um **elemento pedagógico**.

É fundamental o contato com a natureza. Atividades nesse ambiente oferecem oportunidades para que todos se envolvam em eventos na sua própria comunidade, dando-lhes o sentido de pertencimento.

Brinquedoteca

Nos centros urbanos, onde a rua foi tomada pelos carros, percebemos a perda do espaço público como lugar de brincar. A maioria das crianças brinca em casa ou em espaços fechados, como escolas, clubes ou centros de compras.

Nessa condição é que a brinquedoteca aparece como um espaço importante para o desenvolvimento infantil, pois ela é um dos espaços dedicados à brincadeira livre como tantos outros, porém, é um lugar com muitas especificidades, que podem variar de acordo com o ambiente em que está inserida: escolas, clubes ou hospitais.

Um bom lugar para instalar uma brinquedoteca requer atenção para: segurança do local, condições para expor brinquedos adequados aos seus usuários; boas condições de iluminação e ventilação; existência de banheiros próximos e, se possível, uma área externa.

TOY LIBRARY

In urban centers, where the streets have been taken over by cars, one may feel the loss of public space as a place for play. Most children play at home or in closed spaces such as schools, clubs or shopping malls.

Under such circumstances, toy libraries are important for childhood development. Free play spaces like so many others, toy libraries do however have a number of specific features that may vary according to the specific environment: schools, clubs or hospitals.

Important considerations in choosing the location of a toy library include: safety and security, the possibility of exposing toys suitable for the intended users; good lighting and illumination; bathrooms within easy reach and, if possible, an outside area.



EQUALITY OF OPPORTUNITY

“Every child must be afforded equal and appropriate opportunities to enjoy his or her Article 31 rights. States parties must therefore ensure the preconditions for participation, facilitation and promotion of opportunities for the implementation of all Article 31 rights. Children can only realise their rights if the necessary legislative, policy, budgetary, environmental and service framework is in place.” (GC, page 7, paragraph 15 b, c)

When we talk about diversity, especially deserving of attention are: girls, children below the poverty line, the victims of natural disasters or violence, children in institutions, indigenous children and children with disabilities. Regarding the latter, it should be borne in mind that a clearer understanding of prevailing attitudes is required, as is the construction of an inclusive society that has a place for all its members.

It is crucial that adults, and particularly families, should understand the importance of play and of providing inclusive spaces for mixing and learning, in other words, spaces in which children **with** and **without** disabilities may play and interact. These include schools and the informal spaces in which friendships are formed. It is necessary to work on challenging and eliminating negative stereotypes which are hostile and reject children and to ensure accessibility in all the places they frequent.

20

Igualdade de oportunidades

TODA CRIANÇA PRECISA DISPOR DE OPORTUNIDADES IGUAIS E ADEQUADAS, PARA DESFRUTAR DOS SEUS DIREITOS SOB O ARTIGO 31. OS ESTADOS PARTE PRECISAM PORTANTO ASSEGURAR AS PRÉ CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO, FACILITAÇÃO E PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DE TODOS OS DIREITOS DO ARTIGO 31. AS CRIANÇAS SOMENTE PODEM COMPREENDER OS SEUS DIREITOS, SE HOUCER A NECESSÁRIA ESTRUTURA LEGISLATIVA, POLÍTICA, ORÇAMENTÁRIA E AMBIENTAL.

(CG, PÁGINA 7, PARÁGRAFO 15 B,C)

Ao falarmos em diversidade, merecem especial atenção: as meninas, crianças em situação de pobreza, vítimas de desastres naturais ou violência, crianças institucionalizadas, crianças indígenas e crianças com deficiência. Em relação a estas últimas, lembramos que é preciso uma melhor compreensão das atitudes ainda vigentes e a necessidade de construirmos uma sociedade inclusiva, em que caibam todos os seus cidadãos.

É imprescindível que os adultos, principalmente as famílias, entendam a importância do brincar e de propiciar espaços de convivência e aprendizado inclusivos, ou seja, aqueles espaços onde crianças **com** e **sem** deficiência possam brincar e interagir. Estes incluem a escola e os espaços informais onde se formam as amizades. É preciso atuar para eliminar os estereótipos negativos que são hostis e rejeitam as crianças e prover acessibilidade em todos os locais frequentados por elas.

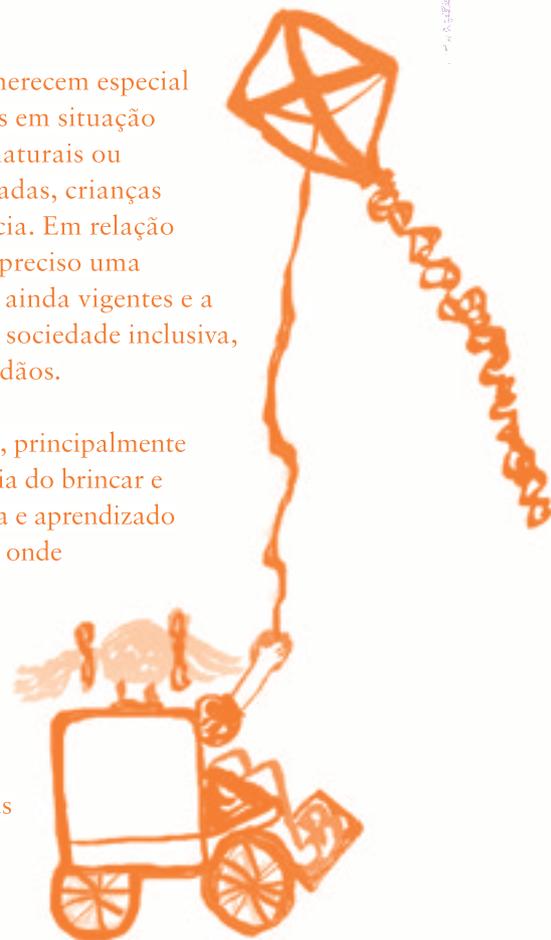


Ilustração: Mariana

Participar livremente

O DIREITO DAS CRIANÇAS DE PARTICIPAR LIVREMENTE DA VIDA CULTURAL E DAS ARTES REQUER QUE OS ESTADOS PARTE RESPEITEM E SE ABSTENHAM DE INTERFERÊNCIA NO ACESSO DAS CRIANÇAS A ELAS, NA ESCOLHA E ENVOLVIMENTO NESSAS ATIVIDADES, ESTANDO SUJEITO À OBRIGAÇÃO DE ASSEGURAR A SUA PROTEÇÃO E NA PROMOÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. IGUALMENTE, ELAS DEVEM ASSEGURAR QUE OUTROS NÃO RESTRINJAM ESSE DIREITO.

(CG, PÁGINA 6, PARÁGRAFO 14 G)

No Brasil, a criança é sujeito de direitos desde o seu nascimento (Artigo 227- Constituição Federal). Por essa razão, as **políticas públicas** voltadas a ela devem colocar ênfase no brincar, recreação, cultura e artes, para que convivam livremente com seus pares, em diferentes ambientes. Para tal, os profissionais, responsáveis pelo desenvolvimento dos programas, precisam ser adequadamente capacitados para lhes dar suporte. Para o melhor desenvolvimento das ações, ressaltamos que elas devem apoiar-se em uma política de **direitos**, que respeite a criança como um cidadão participante em todas as fases da implantação dessa política, criando e oferecendo mecanismos para tal.

Os **órgãos de controle social** também fazem a sua parte, no sentido de avaliar o cumprimento da legislação pertinente. Seus representantes precisam estar capacitados não só sob o ponto de vista legal, mas também conhecer o desenvolvimento infantil, suas peculiaridades e necessidades.

Igualmente, os **gestores públicos** precisam, além do conhecimento específico do tema, comprometer-se com o efetivo planejamento e execução de projetos e programas que contemplem os aspectos contidos no Artigo 31. A articulação inter setorial, entre os diferentes programas que atendem às crianças, e a dotação dos recursos orçamentários necessários são outras ações importantes que os gestores devem organizar para a plena execução dos programas voltados às crianças.

FREE PARTICIPATION

“The right of children to participate freely in cultural life and the arts requires that States parties respect, and abstain from interference in, the child’s access to, choice of and engagement in such activities, subject to the obligation to ensure the protection of the child and the promotion of the child’s best interests. Equally, they must ensure that others do not restrict that right.” (GC, page 6, paragraph 14 g)

Under Article 227 of Brazil’s federal constitution, children have rights from birth. For this reason, **public policy** aimed at children should emphasize play, recreation, culture and the arts, so that these children may mix freely with their peers in different environments. As such, the professionals responsible for developing such policy and programs need to be properly qualified. To ensure the best outcomes, we underscore that such programs should be underpinned by a **rights policy**, which respects the child as a citizen, allowing the participation of children at all stages of the implementation of this policy and creating mechanisms that enable this.

Social control bodies must also do their part by assessing compliance with the pertinent legislation. In addition to legal know-how, their representatives should also be versed in childhood development, its peculiarities and specific needs.

Similarly, in addition to specific subject knowledge, **those responsible for managing these policies** should have a commitment to the effective planning and execution of projects and programs addressing to the rights under the Article 31. Intersectoral collaboration between different children’s programs and the provision of the budget necessary are other important actions that the managers should provide for the full realization of the programs oriented to children.

GOVERNMENT OBLIGATIONS

Article 31 imposes an obligation on States parties to guarantee that the rights it embodies are realised for every child without discrimination, and, as with all other rights, imposes three types of obligation:

- (a) The obligation **to respect** requires States parties to refrain from interfering, directly or indirectly, with the enjoyment of Article 31 rights;
- (b) The obligation **to protect** requires States parties to take steps to prevent third parties from interfering with Article 31 rights;
- (c) The obligation **to fulfil** requires States parties to introduce the necessary legislative, administrative, judicial, budgetary, promotional and other measures aimed at the full enjoyment of Article 31 rights by undertaking action to make available all necessary services, provision and opportunities. (GC, page 17, paragraph 54)

The planning undertaken by the government bodies responsible should incorporate the creation of a new professional category capable of performing the required functions with quality and competence.

This decision could be part of a government program to ensure that each child has enough free time and space in its life for play, recreation, leisure, rest, culture and art.

As obrigações dos governos

O ARTIGO 31 IMPÕE A OBRIGAÇÃO DOS ESTADOS PARTE EM GARANTIR QUE OS DIREITOS QUE ELE ENGLOBALA SEJAM EFETIVADOS PARA CADA CRIANÇA, SEM DISCRIMINAÇÃO E, COMO OS DEMAIS DIREITOS, IMPÕE TRÊS TIPOS DE OBRIGAÇÕES:*

- (A) A OBRIGAÇÃO DE **RESPEITAR** REQUER QUE OS ESTADOS PARTE EVITEM DE INTERFERIR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NO GOZO DOS DIREITOS DO ARTIGO 31;
- (B) A OBRIGAÇÃO DE **PROTEGER** REQUER QUE OS ESTADOS PARTE TOMEM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS, PARA PREVENIR QUE TERCEIROS INTERFIRAM NOS DIREITOS DO ARTIGO 31;
- (C) A OBRIGAÇÃO DE **CUMPRIR** REQUER QUE OS ESTADOS PARTE INTRODUZAM AS MEDIDAS LEGISLATIVAS, ADMINISTRATIVAS, JUDICIAIS, ORÇAMENTÁRIAS, PROMOCIONAIS E OUTRAS, PARA O CUMPRIMENTO DO PLENO GOZO DOS DIREITOS SOB O ARTIGO 31, EMPREENDENDO AÇÕES PARA DISPONIBILIZAR TODOS OS SERVIÇOS, RECURSOS E OPORTUNIDADES NECESSÁRIAS.

(CG, PÁGINA 17, PARÁGRAFO 54.)

A criação de uma nova categoria profissional, que possa desempenhar com qualidade e competência as funções requeridas, deve fazer parte do planejamento dos órgãos governamentais responsáveis. Essa decisão poderá ser parte de um programa de governo para assegurar que cada criança tenha tempo e espaço suficientes em sua vida para brincar, recreação, lazer, descanso, cultura e artes.

No sentido de atender às recomendações de **proteger e cumprir com o Artigo 31**, as diferentes esferas de governo (legislativo, executivo e judiciário) precisam focar na regulamentação da legislação que assegure os direitos da criança, em relação a inúmeras atividades desenvolvidas por diferentes setores, que podem ser impeditivas para o pleno cumprimento do que determina o Artigo 31.

EXCERTOS DO COMENTÁRIO GERAL-ONU, DISPONÍVEL NO SITE

EXCERPTS TAKEN FROM THE OFFICIAL GENERAL COMMENT AVAILABLE ON THE SITE

http://www2.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/GC/CRC-C-GC-17_en.doc



*50 years of protecting, preserving
and promoting the child's right to play*

www.ipaworld.org



www.ipadireitodebrincar.org.br